

Anistiado político: JOÃO SILVA NETO

Data de nascimento: 05/12/1945

Eu entendo que determinadas pessoas têm sensibilidade para essa ou aquela atividade. Eu sempre gostei muito de ler; ler jornal, livros, gibis. Eu fui um dos maiores possuidores de gibis em Goiânia. Eu ia para o Santa Maria, ia para o Cine Eldorado aos domingos, nas matinês, fazer a troca de gibis. Fui sempre de ler muito. Entretanto, a minha atividade mais no campo social começou quando fui trabalhar com um velho contador aqui de Campinas, chamado Lamartine de Castro, que era socialista.

Eu ia trabalhar com ele, via aqueles livros na estante e comecei a lê-los. Ele me emprestou vários livros do Máximo Gorki; um livrão grande chamado a História do Partido Comunista B, Bolchevique, da União Soviética. Comecei a ler esses livros socialistas e minha sensibilidade começou aí.

Na escola tive participação política inicialmente no Ginásio Brasília, no Grêmio; depois fui para o Pedro Gomes, onde pude incrementar minha militância política. Isso foi antes da ditadura militar; eu tinha uns 21 anos. Eu era brizolista. Estávamos formando o Grupo dos Onze aqui em Campinas. Já tínhamos feito tudo, o grupo já estava formado veio a ditadura e tivemos que desativar.

GRUPO DOS ONZE

Era uma organização que o Leonel Brizola tinha de se formar no país vários grupos com onze integrantes. Esses Grupos de Onze tinham a função de fazer a militância dentro do PTB e também de participar contra a reação, como chamávamos na época. Reação eram os conservadores, aqueles que depois vieram a dar o golpe. Era uma representação que o Brizola criou com o propósito de se organizar um grande corpo de resistência ao golpe que se avizinhava.

A Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro era o grande veículo de comunicação do Grupo dos Onze, era de onde se mandavam as diretrizes para o país inteiro.

Já havia desde aquela época uma série de indícios de que os reacionários planejavam o golpe. Goiás teve uma participação muito ativa na Campanha pela Legalidade, que lutou para que Jango pudesse tomar posse após a renúncia de Jânio Quadros. Foi necessário muita luta do governador Brizola, no Rio Grande do Sul, e do Mauro Borges aqui em Goiás. Eles garantiram com setores legalistas do Exército a posse do Jango quando Jânio Quadros renunciou. Jango estava visitando a China, e era um bom pretexto para eles dizerem que Jango não poderia assumir, pois estava em um país comunista. Havia essa resistência e o golpe já era preparado há muito tempo, só não via quem não queria ver. Todos nós sabíamos que o golpe estava em gestação. Brizola organizou o Grupo dos Onze para se criar instituições e organizações capazes de tentar garantir a posse do Jango.

O GOLPE

Após o golpe, em 1º de Abril de 1964, tive que desativar meu grupo de onze aqui em Campinas. Desses onze, restaram quatro: eu, meu primo Homero, que hoje é médico em Cuiabá; meu colega de classe José Fernandes da Silva e Josias, que era carteiro e trabalhava nos Correios. Continuamos a discutir as questões políticas e nos aprofundamos no estudo de Filosofia, História e chegamos a elaborar alguns projetos meio malucos. Alugamos um barracão na Vila Santa Helena, que naquele tempo era muito isolada até de Campinas, cada um pagava uma parte, e nos reuníamos uma vez por semana para fazermos os estudos de Filosofia e História. A partir disso, a ditadura foi se consolidando mais ou menos em junho, ou julho de 1964.

Analisando posteriormente, já vemos algumas modificações. Na verdade sempre me comportei normalmente, acho que a questão da consciência política nos faz ter algum tipo de ousadia, de coragem, faz com que desconheçamos determinados perigos. Até 1964, não teria problema nenhum participar do Grupo dos Onze, grupo do pessoal que estava no Governo. Com o advento da ditadura, houve aquela expectativa, aquela perplexidade, não sabíamos como aquilo funcionava. Pensava-se na época que seria apenas um golpe para que se tirasse o Jango; que o PSD reassumiria logo em seguida as rédeas com a candidatura de Juscelino. Havia uma concepção nesse sentido. Houve um refluxo geral do movimento social, com isso os militares da linha dura da ditadura avançaram e “panharam” gosto pelo poder, alijando primeiramente a esquerda, depois os liberais e os democratas. No começo não foi de se apavorar, de se assustar, tínhamos a expectativa de que aquilo pudesse durar pouco. Entretanto, com o aprofundamento da ditadura nós também nos aprofundávamos nos nossos estudos, claro que com cuidado.

Goiás é um estado periférico, apesar de Jango ter tido um grande apoio aqui ao assumir. O PTB havia brigado com Mauro, brigado com o PSD, principalmente em Goiás, e o Mauro havia se desligado do PTB de Jango, por isso ele ficou ao lado da ditadura no início. Também, por pensar que seria algo provisório e que depois Juscelino viria com tudo e o PSD retomaria as rédeas do país.

No início havia essa expectativa; depois a situação foi se aprofundando, fomos perdendo as ilusões democráticas no futuro. Como a ditadura não reprimia totalmente, cassou-se políticos e se organizou de forma que pudesse ter apoio parlamentar. A linha dura ainda não tinha se organizado, o que só foi acontecer com o AI5.

Tínhamos uma boa militância fazendo o movimento.

A RESISTÊNCIA

Resolvemos criar um embrião que poderia ser um grupo de guerrilha. Tínhamos planos mirabolantes; planejávamos comprar um pedaço de terra nas proximidades de Goiânia para fazermos treinamentos militares. Para isso, chegamos a implementar e concretizar algumas ações. Não compramos a terra; compramos um binóculo e um pequeno revólver calibre 22

para começar uma guerrilha contra a ditadura militar. Naquele tempo, achávamos que já tínhamos alguma coisa e que era apreciável.

Eu já era conhecido em Campinas, e juntamente com o grupo militávamos no grêmio do Colégio Pedro Gomes. Não sei como, apesar de continuarmos nos reunindo muito secretamente, um dia apareceu o Sebastião Gabriel Bailão propondo conversar com o nosso grupo. Bailão era remanescente do desarticulado Partido Comunista. Éramos estudantes de classe média e não acreditei muito na conversa do Bailão. Conversei por três vezes com ele e disse que não colocaria meu grupo para conversar com um cidadão que eu não conhecia direito, camponês, não coloquei muita fé.

Todos podiam formar um grupo de onze ao bel-prazer, bastava apenas informar que havia um grupo de onze ali; e como nós éramos onze, era provável que algum desses remanescentes havia comunicado a esses membros de esquerda, contado para alguém que tínhamos esse grupo.

James Allen também apareceu querendo conversar comigo e com nosso grupo; também me mantive com um pé atrás, pois ele já era perseguido. Conversei com ele algumas vezes, mas deixei para lá. Quando Bailão nos procurou, chegamos a conversar algumas vezes, mas não coloquei muita fé, não achei sua conversa muito convincente. Éramos estudantes, era outro meio de luta. Percebendo isso, Bailão era muito sagaz, muito ativo, muito vivo, nos colocou em contato com um intelectual deles. Marcamos então uma reunião com o Helber de Brito, já falecido há algum tempo, um companheiro extraordinário com grande conhecimento, equilibrado, uma pessoa excepcional. Conversamos com Helber e gostamos de sua conversa. Ele juntamente com o Bailão nos fez a proposta de irmos para o Partido Comunista Brasileiro. Depois de várias conversas, aceitamos.

Foi criada depois de 1964 a primeira base estudantil do Partido Comunista em Goiás, no Colégio Pedro Gomes. Dalí saiu um movimento extraordinário de resistência democrática à ditadura baseado na luta estudantil. Criamos ali um poderoso Partido Comunista, com muitos estudantes, no meio da massa estudantil. Dominávamos completamente o grêmio; dominávamos as representações de classe. Criamos um movimento de embate contra a ditadura.

Houve uma greve que, modéstia parte, foi comandada por mim. Aconteceu quando recebemos a notícia que Tarzan de Castro havia sido morto pela ditadura, em 1966. Eu nunca tinha visto Tarzan de Castro, mas achava aquilo um absurdo. Procurávamos pretextos para motivar a resistência democrática. Lideramos a greve no Pedro Gomes, onde houve a chegada da polícia, quebra-pau, tiros e, inclusive, a morte de um soldado. Foi uma greve poderosa, resultado do movimento que tínhamos ali. Esse movimento do Pedro Gomes só foi desbaratado com o advento do AI-5. De 1964 a 1968, Pedro Gomes foi um dos poderosos núcleos da resistência democrática no meio estudantil aqui em Goiânia, e era comandado pela nossa base de estudantes.

Em 1966 e 1967, criamos e ampliamos os grêmios estudantis. Usávamos a seguinte motivação: procurávamos várias escolas como o 5 de julho, o Lyceu de Goiânia, apesar de ser menos, com o pretexto de fazermos um concurso de oratória. Pra que esse concurso? Naquele tempo se podia fazer isso, existia uma “certa liberdade”. Ao realizarmos o concurso, podíamos conhecer aqueles estudantes que falavam e se expressavam contra a ditadura, aqueles que a combatiam. Assim sendo, nos aproximávamos daqueles estudantes, passávamos material, íamos conversando. Tivemos a oportunidade de incentivar a criação do Partido

Comunista em várias escolas de Goiânia, e fazer com que essas pessoas participassem da direção dos grêmios. Muitos deles ganharam a direção de grêmios e isso ajudou na criação de um grande bloco de resistência contra a ditadura no meio juvenil, no meio dos estudantes.

O grêmio do Colégio Pedro Gomes tinha um trabalho extraordinário do ponto de vista cultural e de lazer. Realizávamos bailes, concursos de oratória, de poesia, de contos. Tínhamos uma vida cultural intensa. Saí do Pedro Gomes em 1968 e as atividades continuaram até quando houve a prisão do pessoal, o que desmantelou o grêmio. Expulsaram os remanescentes do Pedro Gomes que eram o presidente Paulo de Jesus, Stepan Nercessian, o Eli. Expulsaram mais de vinte pessoas, causando o desmantelamento do grêmio em 1968.

AI 5

Foi um ponto de ruptura entre uma quase legalidade democrática e o obscurantismo total. Eu já não estava mais no Pedro Gomes, entretanto, eu tinha um papel destacado nessa luta dos estudantes, nós já tínhamos organizando um Comitê - Comitê Estudantil Secundarista do Partido - com várias seções nas escolas e para todos os lados. Normalmente, nas lutas estudantis com universitários, eu representava os estudantes secundaristas. Para tornar isso mais fácil, me deram no DCE, mesmo não sendo universitário, uma carteira de estudante universitário para que eu pudesse ter trânsito livre no DCE e nas reuniões. Tenho essa carteirinha até hoje. Era para que eu pudesse ter uma participação e um vai e vem normal nas reuniões do DCE e dos universitários, e para que se houvesse uma unidade entre a luta estudantil secundarista e a luta universitária.

Saí do Pedro Gomes em 1968, prestei vestibular, fui estudar Direito na UFG e lá continuei na militância estudantil, no centro acadêmico. Não me candidatei ao centro acadêmico porque já era vereador nessa época. Entrei em 1970, e tinha também uma grande militância. Participei da base estudantil da Faculdade de Direito organizando o pessoal e fui eleito vereador onde tive uma boa participação e reputação.

Naquele tempo praticamente não existiam associações de moradores. Fui o maior incentivador da criação de associações de moradores do Estado de Goiás. Na posição de vereador, parti para os bairros. Já tinha mudado a minha base política, já não era só estudantes. Continuei ligado ao movimento estudantil universitário com boa relação com o movimento estudantil secundarista, mas como vereador achei por bem ampliar minha base de militância.

Fui eleito pelo MDB; fui o segundo vereador mais votado de Goiânia. Havia duas zonas: a primeira em Goiânia e a segunda em Campinas. Fui o mais votado na região de Campinas e tive, naquele tempo, mais de 2% dos votos de Goiânia, que seria hoje muita coisa. Naquele tempo votava-se 70, 80 mil pessoas em Goiânia. Fui o vereador mais jovem daquela época e tive quase três mil votos. Passei a organizar as associações de moradores. Fazíamos ligações com o pessoal da Igreja Católica em alguns bairros; ajudávamos nas igrejas.

Na Vila Mauá, que era um bairro muito afastado naquela época (não tinha quase nada de Cidade Jardim, não tinha Vila Canaã, só Vila Mauá que era um centro importante eleitoralmente, pois lá havia um grande povoado) entrei em contato com o padre de lá, padre

Rui, e ajudava muito na igreja. Na hora do sermão ele lia a homilia e eu era quem fazia a explicação para o povo. Eu já era ateu, mas era uma maneira que eu tinha de estar em contato para complementar meu trabalho na associação de moradores. Eu misturava, pois falava sobre a questão social e, é claro, dava as tacadas na ditadura, que nunca deixei de combater. Isso fez com que praticamente todo dia na Câmara eu fosse taxado pelo pessoal da Arena de comunista. Eu era muito combativo, bastava eu levantar a voz combatendo a administração pública de Manoel dos Reis, prefeito, que aparecia um ou outro da Arena tentando calar a minha voz, dizendo que eu era comunista, e a atemorizar.

A Câmara ficava na Rua 6 no Edifício Inhumas. A mesa era arredondada em meia lua e as tribunas ficavam nas extremidades; ficávamos um pouco atrás do presidente da mesa diretora.

Houve várias vezes em que eu estava combatendo o prefeito, xingando, falando dos defeitos da Administração, e Pedro Xavier Teixeira, presidente da Câmara na época, puxava a gaveta e me mostrava um revólver, fez isso várias vezes. Tentavam me atemorizar, mas isso não me preocupava. Não conseguiram me parar, isso não me impediu.

REPRESSÃO E PRISÃO

Minha atuação política na Câmara sempre foi pautada pela aproximação e conscientização dos bairros, das comunidades, da população através de um processo mínimo de organização. No Movimento Estudantil, esse processo mínimo de organização eram os grêmios, e eu entendia que o processo mínimo de organização nos bairros seriam as associações de moradores, onde seriam discutidos os problemas deles. Eu tinha plena consciência do meu papel social de conscientização naquele contexto.

Eu também fazia um trabalho no Partido Comunista, que era uma organização que se refez rapidamente. Muitas de suas táticas foram modificadas para o enfrentamento da ditadura, mas se mantiveram muitos princípios que não condiziam com a nova realidade, não a acompanhava. Como eu era chamado todos os dias de comunista na Câmara, bastava um agente da polícia me seguir que achariam o Partido. Nessa questão o partido cometeu um erro clássico. Eu queria deixar a militância da organização, mas o Partido não permitiu que eu me afastasse, pois tinham medo que eu os abandonasse. Não me conheciam, não sabiam como era a minha cabeça e insistiram que eu continuasse militando. Cheguei a avisar para o Bailão que eu era conhecido como comunista. Acho que houve um relaxamento na questão de segurança da organização. Bastavam me seguir que achariam o Partido. Tanto era que uma semana antes de sermos presos tínhamos marcado uma reunião no Centro, nos encontraríamos em uma banca na Rua 3. Tivemos que desativar a reunião porque percebemos que havia algo estranho por ali. Mas mesmo assim, não tomamos muitas precauções, relaxamos na segurança.

Ainda não haviam acontecido prisões. Nessa semana em que detectamos que estávamos sendo vigiados, alguns companheiros haviam sido presos em São Paulo. O Benito e o Bailão tinham sido presos, mas nós não sabíamos. Houve um relaxamento por parte do Partido no setor de organização. Nós conduzíamos a situação dentro de alguns princípios; o Partido é legalista, não era um partido de luta armada, ele relaxou e subestimamos a ditadura.

Houve uma orientação em 1972 dos setores reacionários, a linha dura, para acabarem com o Partido Comunista no Brasil. Já havia acontecido a redemocratização em Portugal. Lá o Álvaro Cunhal era secretário geral do Partido Comunista Português, partido que teve importante papel na redemocratização de Portugal. Houve a orientação dos militares daqui de acabarem com o Partido Comunista aqui, porque sabiam que mais cedo ou mais tarde essa redemocratização aconteceria também. Era o cúmulo da maldade, preventivamente eles tratariam de liquidar o Partido Comunista Brasileiro. Primeiramente pegaram a direção nacional e mataram. Mataram muitos, e de avião jogaram na Serra do Mar, na mata, no mar. Prenderam muitos, mataram e depois trataram de dismantelar o Partido no país inteiro. Nós fomos parte desse projeto de dismantelamento da esquerda brasileira. Finalmente em julho de 1972, fui preso na rua. Eles já haviam dismantelado as entidades de luta armada, já tinham controle absoluto sobre a questão da Guerrilha do Araguaia, que nunca perturbou seriamente a ditadura; tinham controle absoluto sobre a situação e trataram de destruir o Partido Comunista.

Nossa prisão foi em decorrência do projeto da linha dura de dismantelar a esquerda devido o medo da presença dos comunistas no processo de redemocratização. Os Militares sabiam que não havia mais jeito.

GUERRILHA DO ARAGUAIA

Fiquei sabendo disso depois, pois fiquei preso em Brasília por muito tempo. Lá tive contato com ex-guerrilheiros, ex-mateiros e ex-camponeses do Araguaia e pelo que percebi na época, a ditadura cozinhou aquela Guerrilha o quanto quis.

Aquela Guerrilha nunca ofereceu perigo real à ditadura, mas os setores da linha dura, os setores mais reacionários do Exército precisavam daquilo para justificar a repressão em cima de toda a sociedade brasileira e mostrar que a Guerrilha oferecia perigo. Eles exageraram nas brigas e nas lutas. Conversando depois com alguns soldados que estiveram lá, disseram que a Guerrilha nunca ofereceu real perigo à ditadura, mas usaram a situação à vontade, até quando quiseram para que a repressão se justificasse.

Eu fui tratado como prisioneiro de guerra, foi naquele período que havia um clima de guerra no país e usaram como pretexto a Guerrilha do Araguaia. Na verdade caiu o Partido Comunista inteiro, tinha advogados, professores, todo mundo. Alguns foram presos diretamente, foram para a cadeia, para o 10ºBC e depois para Brasília. Muitos outros foram apenas identificados como participantes das organizações de base, não chegaram a ser presos, mas foram chamados a depor e foram atemorizados. Foram mais ou menos umas setenta pessoas.

O MANDATO DE VEREADOR

Quando fui escolhido para ser vereador, fui escolhido à revelia do Partido Comunista. A direção não queria que eu fosse vereador, queria que apoiasse nosso aliado, Messias Tavares.

Entretanto, eu sabia da minha força eleitoral e do meu relacionamento em Campinas com os estudantes. Sempre fui muito popular, ia a festas, participava de tudo, dançava em bailes. Naquela época o Colégio Pedro Gomes tinha cerca de 4.000 estudantes, eu sabia que isso podia me fazer eleito. Eu tinha convicção disso, mas a direção do partido não queria que eu fosse candidato, queria uma política de alianças e que apoiássemos Messias Tavares.

Fomos para o Pleno, onde se discutiria a indicação de candidatos. Na verdade usei a força que eu tinha dentro do movimento estudantil secundarista. Houve a votação, éramos maioria e fui indicado a ser candidato também. Mesmo assim, fizeram uma malandragem comigo: a direção, Bailão, Davi e outros companheiros colocaram como prioritária a candidatura do aliado, a minha seria secundária. O partido alugou um apartamento na Rua 8, esquinas com a Rua 3 e alguns companheiros foram pra lá; era o comitê do Messias, e o meu era o resto. Messias Tavares era um cidadão democrata, naquele tempo ele era mais posicionado a esquerda, um cidadão correto.

Fui eleito e fiquei apenas um ano e meio como vereador. Quando fui preso em julho, a Câmara estava de recesso. Era dia 17 de julho mais ou menos, e quando voltamos em agosto, ninguém falou nada; não houve nenhum pronunciamento. Na verdade fui atingido praticamente por todos os instrumentos da Lei de Exceção da Ditadura Militar.

Lembrei-me que o Idelfonso se manifestou. Alguns ex-vereadores me encontram e dizem que falaram sobre o assunto na Câmara, mas acho que isso não aconteceu. Peguei as atas daqueles dias e nem no dia em que fui substituído pelo suplente, o suplente não falou nada sobre mim. Realmente existia um medo e eu não os culpo. Existia um medo muito grande de se manifestar sobre qualquer assunto que dizia respeito a comunistas.

A Câmara distribuía algumas bolsas de estudos do MEC; o MEC mandava para a Câmara, que distribuía entre os vereadores. Peguei minhas bolsas e distribuí para alguns companheiros. Quem fazia essa distribuição era o Zeusse Moraes, secretário da Câmara na época, que me disse que os militares perguntaram a ele que negócio era aquele de eu estar distribuindo bolsas de estudos. Ele respondeu dizendo que as bolsas eram para todos os vereadores.

Meu mandato foi cassado e a Câmara, como órgão, praticamente não protestou com peso, a não ser faces isoladas como o professor Idelfonso Avelar. Substituíram-me sem problema algum, sem tocarem no assunto. Se houve algum discurso, não sei; pelo menos não consta nas atas. Se aconteceu, provavelmente o tiraram dos registros.

REPRESSÃO E TORTURA

Com minha prisão passei a levar faltas na Câmara, e pelo Regimento Interno com cinco faltas seguidas se perdia o mandato. Acharam por bem que eu perdesse o mandato pela questão das faltas; entretanto, demoraram dois meses ou mais para me substituir. Perdi o mandato porque fiquei preso, fiquei preso de julho a final de novembro de 1972.

Enquanto isso, naquela época a matrícula era feita semestralmente, passei uma procuração a uma prima minha para que fizesse minha matrícula na Faculdade de Direito. Também acabei faltando às aulas, mas o ministro Passarinho, que dizia nunca ter punido um estudante e inclusive fez artigo sobre isso, mandou que o reitor Maciel fizesse a aplicação do 477 em uma

série de estudantes, uns dez ou mais. Abriram um processo, fiz minha defesa e consegui declarações com professores. Como eu era vereador, na Faculdade de Direito eu não fazia uma militância aberta, sempre fui muito moderado na minha expressão. Eu tinha minha convicção formada, minha posição política, me expressava, mas nunca radicalizei. Sempre fui muito equilibrado nessa questão, nunca exagerava nas situações e fazia meu trabalho sem problemas. Aplicaram a mim o Decreto 477, me expulsaram da Universidade.

Nisso já existia o AI5 e a Lei de Segurança Nacional, um decreto que podia punir a todos. Nesse decreto rezava-se que quem fosse preso e condenado perdia seus direitos políticos. Eu, na verdade, não perdi o mandato; perdi meus direitos políticos, que na prática significava a mesma coisa. Suspenderam meus direitos políticos por dez anos. Eu não podia me candidatar e me aplicaram o Decreto Lei 477.

Recorri. Sempre lutei muito contra as coisas que faziam contra mim. Não havia como lutar contra a suspensão do direito político porque contra a Lei de Segurança Nacional não havia como bulir. Com a ajuda do deputado João Divino, fizemos uma excelente defesa do meu curso. Recorri junto ao ministro da Educação, que era o Passarinho. Aproveitamos um dia que ele esteve aqui e cavamos uma audiência com ele. Alguns estudantes, também punidos, como Valdir Camarcio e Abraão Márcio que estavam no final do curso, os deixaram terminar. No meu caso, eu, o Washington, o Talvin e mais alguns, o Passarinho não aceitou o recurso, mas como ele havia liberado para que alguns estudantes voltassem a estudar, continuei frequentando as aulas por aquiescência do ministro.

Certo dia, estava estudando na Faculdade de Direito e Quintiliano Blumenschein, que já é falecido, era nazista e professor na Universidade, bateu na porta da sala procurando por mim. Apresentei-me, e ele da porta pediu que eu me retirasse da sala, dizendo que eu estava expulso e que não poderia estar estudando na Universidade. Todos os outros alunos escutaram e ficaram boquiabertos. O professor que estava em sala o questionou sobre a situação, e Quintiliano o respondeu dizendo que eu era um aluno subversivo, que eu havia recorrido, que o ministro havia permitido, mas que já havia sido homologada a minha suspensão e que eu teria que me retirar. O professor que estava dando aula foi digno comigo, disse a ele que eu sairia assim que ele terminasse de dar sua aula. Quintiliano Blumenschein ficou me esperando na porta com uma fotocópia do Diário Oficial em mãos, que homologava minha suspensão, e pediu que eu me retirasse.

Antes de ser vereador, eu trabalhava no escritório de contabilidade do meu irmão. Eu tinha experiência em contabilidade, mas não tinha o curso. Como eu não estava fazendo faculdade me matriculei em uma escola secundária para fazer o curso de Contabilidade, no Cinco de Julho, no Bairro Popular. No primeiro dia de aula sentei na última carteira e fiquei quieto. Era no ano de 1973, ou 1974 não me lembro bem. Ainda guardo a carteira de estudante da lá, que pelo menos me valeu para que eu pagasse meia entrada no cinema.

No primeiro dia de aula entra o professor, era meu colega de faculdade, ele não havia me visto, e fazendo a chamada me chamou pelo nome; respondi, ele me olhou e percebi que ele havia mudado seu jeito e continuou fazendo a chamada. Quando terminou ele me perguntou o que estava fazendo ali. Disse que na universidade eu era um aluno brilhante, que sabia mais que ele e me perguntou como seria capaz de ser meu professor. Pedi para ele que ficasse quieto e lhe contei a situação. Estudei lá por uns vinte e cinco dias.

Um dia estava na aula e a porta abriu; vi que eram homens com ternos pretos (naquele tempo os policiais andavam de terno), olharam para mim e fecharam a porta. Quando a aula

terminou e eu estava saindo, dois “caras” juntamente com o diretor me abordaram me perguntando se eu era o João Silva. Disseram que já haviam conversado com o diretor e que minha matrícula havia sido suspensa e anulada porque eu estava punido pelo 477 e não poderia estudar. Fui expulso mais uma vez da escola secundária, sendo que já era universitário.

Fui condenado a seis meses de prisão inicialmente, cumpri os seis meses e fui cuidar da vida. Como tinha experiência em contabilidade, trabalhei por uns dias de graça em um escritório de um amigo para me atualizar; depois comprei um pequeno escritório, comecei a trabalhar e a ganhar meu dinheiro. Após, comprei outro escritório. Eu fazia todo o serviço e meu irmão contador assinava para mim.

Arrumei uma namorada, fiquei noivo e faltando vinte dias para o casamento, com os convites todos distribuídos, tudo acertado, a Polícia Federal me prendeu novamente. Questionei dizendo que eu já havia cumprido minha pena de seis meses, e eles disseram que o promotor militar recorreu e que haviam aumentado minha pena para dois anos. Levaram-me novamente para o CEPAIGO para que eu cumprisse o restante da pena. Pelo Código Penal Militar, condenados há dois anos que cumprissem um ano, poderiam sair em liberdade condicional. Suspendi o casamento, pois não iria me casar na cadeia.

Reputo-me por ter sido sempre um cidadão psicologicamente equilibrado. Mentalmente em meus depoimentos me sustentei bem, sem falsa modéstia. Sustentei-me bem naqueles momentos duros de interrogatório, debaixo de pancadas e de choques.

Depois também, sempre mantive o equilíbrio, ajudei muitos companheiros na cadeia. Não é a toa que o Direito Penal mundial estabeleceu a prisão como um castigo. Aquilo é algo para desestruturar e desestabilizar o cidadão. Se o cidadão não for muito bem equilibrado ele não se sustenta, ele desorganiza a cabeça.

No 10ºBC tentei manter aquilo, uma autorreflexão violenta, rememorei minha vida inteira, busquei aquilo que pudesse me fortalecer, minhas lembranças do passado, coisas que pudessem aumentar minha convicção. Fiquei preso por alguns dias em um banheiro no 10º BC. Depois de mais de dois meses, fui levado para Brasília e não sofri tortura propriamente dita, mas tortura psicológica continuou. Eu cheguei a ser ameaçado novamente com a aquela maquininha de dar choques. Passavam em frente à cela e logo depois se ouvia os gritos, e isso gerava uma grande tortura. Um banheiro azulejado, onde só haviam o vaso sanitário, a pia e um colchão de espuma. Na parte da tarde o sol entrava lá dentro e virava um forno. Não tinha como tomar banho direito para lavar as partes de baixo; tampava o vaso com uma cueca e fazia um poço de água, as partes de cima eram lavadas na pia, molhava-se todo o colchão, era uma confusão e um calor enorme.

Depois me transferiram para outra sala onde tinha uma janela. Havia uma parede e uma janela que servia para duas salas. Notei que no outro cômodo tinha alguém preso e fiquei na dúvida sem saber se era um cômodo normal frequentado por soldados, ou se era mesmo um preso. Com o passar dos dias, percebi a movimentação: quando vinham trazer comida pra mim, traziam para o outro. Comecei a bater, os vasos eram juntos, cada um de um lado da parede que dividia as salas; percebi que na hora que o cidadão estivesse no vaso eu poderia dar um sinal qualquer, bateria no vidro. Bati por várias vezes e a pessoa não respondia, mas um dia respondeu.

Eu tinha uma caneta que deixaram para que eu escrevesse o relatório, escrevi no papel higiênico e joguei pela janela quando vi que a pessoa estava no banheiro. Passado um dia, a pessoa respondeu; era o José Fernandes que estava do outro lado. Fizemos várias correspondências escrevendo em papel higiênico.

José Fernandes é meu compadre, foi meu colega da época do Colégio Pedro Gomes, de estudar Filosofia, de festas; ele gostava de dançar também. Íamos às festinhas todo final de semana, era meu amigo, amigo mesmo. Nós já éramos materialistas naquele tempo, e como ameaçaram sua esposa Terezinha e sua filha, o Zé se desequilibrou. Falou que naquele momento ele estava fazendo uma reflexão e que achava que existia uma entidade superior e passou a acreditar em Deus. Eu escrevia uns bilhetes muito mal-educados para ele, para chamar sua atenção, pois via que ele não estava normal; eu conhecia muito o Zé. Passei vários bilhetes bravos a ele, chamando sua atenção pra valer. Tenho a impressão que isso o ajudou, e ele me disse que ajudou bastante.

Depois me levaram para o PIC em Brasília. Levaram-me em uma rádio patrulha juntamente com quatro pessoas. Fomos eu, o Washington, o José Elias e outro que não me recordo o nome. Fomos levados para Brasília em condições piores impossível. Fomos quatro pessoas na rabeira da rádio patrulha juntos a um pneu todo sujo, empoeirado. Quando saímos do 10ºBC, só pediram que arrumássemos as roupas, mas não falaram para onde íamos.

O Código Penal Militar proíbe a remoção de presos durante a noite e sem conhecimento da família e do advogado, mas não existia lei nesse sentido. Levaram-nos para Brasília. Deixaram alguns companheiros na PE e disseram que eu e o Zé Elias iríamos para o Esquadrão. Naquele tempo havia uma conversa sobre esquadrão da morte, pensei que já podíamos nos considerar mortos. Pensei que fossemos morrer sob torturas.

Abrindo um parêntese: Em uma das noites em que fui torturado aqui, ao ligarem os fios nas orelhas, quando dava o contato, o processo era igual ao modo contínuo do motor. A cabeça mexia de um lado para outro. A cabeça acompanhava o movimento do choque igual a um motor, só não rodava porque o pescoço não deixava. Em uma dessas vezes começou a sair sangue pela minha boca. Saiu muito sangue que caiu no capuz e na minha camiseta. Nessa noite pensei que fosse morrer. Estavam dando choques nos ouvidos, saía sangue pela boca; pensei que pudesse ter estourado alguma coisa na minha cabeça. Terminada a tortura minha língua começou a inchar. No movimento da cabeça eu havia mordido a língua. O corte foi grande e não me deram remédio, fiquei por quase uma semana sem comer e emagreci. Não havia jeito de engolir nada.

Lembrei-me de Prestes, quando foi preso na ditadura de 1935 e seu advogado pediu que dessem a ele pelo menos o tratamento dado aos animais, e pedi que me trouxessem o anti-inflamatório que davam aos cachorros, ou aos cavalos, pois não estava nem conseguindo comer. Não trouxeram remédios, até que o ferimento fechou e eu pude me alimentar de novo.

Quando me levaram para o Esquadrão pensei que ali me matariam, que teriam um esquadrão para matar, mas não era. Levaram-me para um quartel chamado Esquadrão do Reconhecimento Mecanizado.

Naquela época em que Marco Antônio foi preso, a Auditoria Militar era em Juiz de Fora, não havia jurisdição militar aqui. Estávamos na jurisdição de Juiz de Fora, por isso ele foi para lá. Depois criaram em Brasília a Região Militar com a jurisdição militar, por isso fomos para lá.

No Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado foi onde recebi as primeiras visitas. Meu pai, minha mãe e minha irmã foram lá. Sempre procurei ser forte nessas situações e queria dar a meu pai e minha mãe uma demonstração de tranquilidade, de firmeza, mas na hora que os vi eu “desmanchei”. Caí em prantos convulsivos. Eles ficaram lá por uma meia hora e eu chorava copiosamente, com a maior raiva de mim mesmo por não dar conta de conter o choro.

Hoje se acontecesse de novo eu choraria tranquilamente, mas naquele tempo e naquela situação eu não queria dar demonstrações de fragilidade. E pra todos os efeitos nesse nosso mundo machista, chorar é sinal de fragilidade. Foi só meu pai e minha mãe saírem que acabou o choro, mas fiquei muito pesaroso comigo.

Fiquei por algum tempo no Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado; lá ficavam os tanques, era barulho de tanques o dia todo. Com muito custo consegui que me deixassem tomar um banho de sol. Chamei o diretor do quartel e me levaram juntamente com uns quatro ou cinco soldados, todos com metralhadora; delimitaram um espaço de 2m x 2m, e eu poderia ficar somente ali. Tomei sol por poucas vezes, depois me levaram para o PIC.

O PIC era o inferno. Tinha uma série de celas individuais e duas celas coletivas. Eu já tinha ficado sozinho aqui no quartel de Goiânia e no quartel de Brasília, onde fiz muita reflexão sobre a vida, procurei me fortalecer em meus pontos fortes, aproveitei bem esse tempo. Na cela individual do PIC foi a mesma coisa, mas não fiquei por muito tempo nessa cela. Interrogaram-me e referendi o que eu havia escrito no 10ºBC. Meu depoimento era muito conciso.

Um fato notável foi o dia em estava um tal Capitão Ailton, que era torturador e me levou para depor. Em cima da mesa dele tinha uma maricota, que era uma máquina de dar choques, um cassete e outras peças de tortura. Eu estava de um lado da mesa, ele de outro e o escrivão ao lado; ele fazia as perguntas e eu respondia. Uma hora o escrivão disse que queria ir ao banheiro; quando o escrivão saiu, Capitão Ailton ficou comigo mais um pouco, tirou a pistola dele e colocou sobre a mesa, entre mim e ele. Ele ficava brincando com o gatilho da pistola, deixava o cano para meu lado, depois a rodava e eu só observando a situação. Não sabia qual era a sua intenção rodando a pistola em cima da mesa, parando com o cano para o meu lado. Passado um tempo ele saiu e deixou a pistola em cima da mesa. Fiquei pensando como um “cara” daquele sai e deixa uma pistola daquele jeito. Se eu fosse um cara irresponsável poderia ter saído dando tiros. Fiquei por cerca de meia hora sozinho com a pistola na minha frente. Passado um tempo veio ele e o escrivão e continuaram o interrogatório.

Fiquei por algum tempo na cela individual; interrogaram-me, fizeram as peças processuais necessárias e me levaram para o coletivo X1. Havia o X1 e X2. Havia cerca de umas vinte pessoas: estavam lá Zé Porfírio, Geraldão e Agnaldo.

Um fato inusitado é que quando cheguei lá, Geraldão e Zé Porfírio dormiam na mesma beliche. Zé Porfírio na parte de cima e Geraldão na parte de baixo. Zé Porfírio não fumava, e Geraldão fumava o tempo todo cigarros de palha; e eles viviam brigando. Brigavam muito por causa da luta de Trombas e Formoso, que eles tinham concepções diferenciadas da luta, mas brigavam mais ainda por causa da fumaça. Chamei os dois e propus que fizéssemos o seguinte: Zé Porfírio iria para minha cama, pois meu companheiro de beliche não fumava, e eu ficaria com Geraldão. Eu também não gostava da fumaça, mas não queria vê-los brigando por causa daquela situação e então trocamos de beliche.

Conversava muito com Zé Porfírio, perguntava sobre a importância da luta. Ele ficava estudando matemática, contas de somar, multiplicar; lia um pouco, pois tínhamos livros lá. Isso aconteceu em 1972.

Eu pedia que ele me contasse mais sobre a história de Trombas e Formoso, sobre a vida dele, e ele dizia que não contaria, pois eu era intelectual. Naquele tempo tinha essa separação entre intelectuais e camponeses. Ele dizia que eu era intelectual e que iria querer escrever sobre a vida dele, mas era ele quem iria escrever.

O ruim para nós que saíamos da cela individual para a cela coletiva era que saíamos do completo isolamento. No primeiro dia em que cheguei na cela coletiva, me colocaram para conversar com uma pessoa que estava em outra cela; subia-se no beliche e havia uma grade sem vidro. Quando me colocaram para conversar, senti o maior medo do mundo, mas eles já tinham o controle dos movimentos de soldados por ali. Havia uma forma de comunicação lá dentro, e eu com o maior medo.

RELAÇÃO COM OS SOLDADOS

Como sempre gostei muito de conversar, no quartel do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado os soldados iam levar comida, ou passavam por lá e eu puxava conversa. Era um pessoal normalmente de Santa Catarina, na época. Fiz amizade com eles, amizade assim: muitos depois do expediente, quando os chefes saíam, iam para a porta da minha cela que era de grade e ficavam conversando, isso aconteceu várias vezes.

Eu tomei de três a quatro banhos de sol e lá também eu puxava papo com os soldados. Muitos diziam que como eu era um homem passivo, tranquilo, não entendiam como eles me mantinham preso. Os chefes militares exageravam, diziam que éramos extremamente perigosos, assassinos e quando entrávamos em contato com os soldados, eles ficavam admirados com a nossa tranquilidade. Eu contava que era estudante de Direito, vereador; eles diziam que aquilo não justificava e eu dizia, então, que a ditadura era aquilo.

No 10º BC, um soldado que era meu vizinho foi levar comida e ficou admirado ao saber que era eu quem estava preso. Conversavam rapidamente, pois tinham muito medo de conversar conosco; os chefes atemorizavam demais os soldados. Eles nos vigiavam muito e um dos meus prazeres no 10ºBC era subir na pia, se deparar no vitrô e ver os aviões aterrissarem e decolarem no aeroporto. Certo dia eu estava olhando pela fresta do vitrô, dois soldados me viram, arrancaram as pistolas e apontaram pra mim. Eu pulei e depois desse dia fiquei com medo.

ISMAEL SILVA

A morte do Ismael foi o resultado do processo de tortura pelo qual passamos. Francamente eu não pensava que pudesse vir a ser torturado dentro de um instituto, da sede do quartel do

Exército Brasileiro. Tínhamos a noção do Exército Brasileiro como algo que merecia respeito, onde não se faziam essas coisas.

Enquanto fiquei preso lá, me levavam sempre à noite e o próprio Código Penal proíbe interrogatórios noturnos, mas naquele tempo a lei foi suspensa. Quando fui levado para interrogatório, neguei tudo; meu propósito inicial era não colaborar em nada com a ditadura.

Na primeira, segunda e terceira noites neguei tudo; debaixo de torturas, de muitos choques, continuava a negar tudo. Entretanto, em uma noite em que eu estava sendo torturado, com os pulsos machucados, pernas machucadas, tinham me dado muitos chutes, trouxeram o Ismael e fizeram acareação com ele. Eu não o vi, pois estava encapuzado, mas acho que colocaram o Ismael para me ver sendo torturado. Naquele ambiente não dava para perceber, era carpetado, não se ouvia barulhos externos e eu estava encapuzado. Colocaram-me para conversar com o Ismael, e até então eu havia negado tudo. Ele já havia falado meu codinome e muita coisa sobre a minha militância, sobre a minha participação, mas continuei com meu propósito de não colaborar. Embora minha convicção estivesse no limite para começar a admitir algumas informações, mas continuei me segurando no que eu podia. Colocaram-me para conversar com Ismael, mas não me deixaram vê-lo, não me tiraram o capuz.

Perguntaram a ele quem eu era, ele respondeu dizendo que eu era o João Silva, militante, e falou algumas coisas sobre a minha pessoa. Antes haviam me perguntado se eu o conhecia; disse que sim, do Colégio Pedro Gomes; disse que havia namorado com a irmã dele, fiquei apenas naquele papo furado. Colocaram-me para conversar e identificar a voz dele, eu identifiquei, sabia que era ele. Falaram para ele que eu não estava querendo falar sobre as coisas, que eu estava bancando o durão, que já havia levado muitos choques e continuava sem querer falar e perguntaram a ele o que ele me aconselharia a fazer. Ele disse que eu poderia me abrir, pois eles já estavam sabendo de tudo e que não havia necessidade de continuar sofrendo. Ele me falou isso e o tiraram. Estávamos no 10ºBC, na sala de tortura.

Depois disso, não tinha mais jeito, só se fosse masoquista para continuar sofrendo. Eu já tinha a convicção de que sabiam tudo. É claro que eu queria minimizar meu papel e tentar salvar o meu mandato, que foi um mandato popular, que o povo havia me dado, e eu precisava continuar essa luta. Não era apego ao cargo, pois meu cargo era em função da luta. Se eu fosse oportunista quando fui eleito poderia ter deixado o Partido, a minha convicção era a luta de resistência contra a ditadura.

Depois dessa acareação com Ismael, passei a admitir determinadas informações, mas mesmo assim meu interrogatório e meu depoimento do ponto de vista de herói eram uma nulidade, eu mostrei minha desimportância total e permaneceu. Para a ditadura isso não era importante, eu entrei em 1964 para o Partido, me mandaram fazer um relatório sobre a minha participação. Deixaram-me um papel e um lápis e na primeira noite fiz um grande relatório contando tudo desde 1964. Ficaram de buscar o papel no outro dia e não buscaram. Dei uma lida novamente e vi que aquilo não estava certo, rasguei o papel, amassei e dei descarga. Pedi mais um papel dizendo que eu havia errado e queria escrever mais coisas e fiz uma declaração absolutamente concisa, mostrando que eu havia entrado para o Partido em 1970, soneguei seis anos. Disse ainda que havia entrado no Partido porque ele tinha um movimento estudantil muito bom e que eu queria ser eleito vereador e precisava dos votos dele. Foi essa minha versão e foi isso que ficou no meu processo no meu depoimento na Justiça Militar. Isso não teve a menor importância, pois fui condenado da mesma forma, igual aos outros.

Essa acareação entre nós dois aconteceu uns dois, três dias antes dele morrer.

Minha concepção é a seguinte: Porque não me deixaram ver o Ismael? Fizeram a acareação, mas o tempo todo me mantiveram de capuz. Eu não vi o Ismael, só ele me viu de capuz. Fizeram com que nos identificássemos pela conversa.

O péssimo no PIC, no X1, essa cela coletiva, era que em frente a nossa cela ficava a sala de torturas. Víamos eles passando com os presos encapuzados, em pé, segurados pelo pescoço; depois escutávamos aquele barulho infernal que vinha de lá de dentro, gritos, pancadarias e passado algum tempo, uma ou duas horas, víamos passar os soldados carregando o indivíduo pelos pés e pelos braços, a pessoa não voltava em pé. Víamos só as cabeças dos soldados, pois o muro era alto.

A tortura era enorme. Aconteceu aqui no 10º BC, éramos aguçados. Naquele tempo eu ouvia bem, depois de tantos “telefones” e choques perdi boa parte da audição. Ainda ouvindo bem, passei a acompanhar e identificar sons externos; eu sabia quando eram quatro, cinco horas da tarde - eles davam o toque para reunirem e dispensarem os soldados. Os soldados que serviam normalmente iam embora e ficava apenas o pessoal do quartel. Começava a escurecer, começava a chegar pessoas, eu ouvia o barulho dos carros: eram três ou quatro carros e distinguíamos o barulho de cada um, pois olhávamos pela janela e víamos passar. Sabíamos quais eram os carros da polícia e dos torturadores que chegavam para o interrogatório. Quando a corrente do quartel caía, nós ouvíamos.

A tortura maior era quando ouvíamos de dentro da cela o “cara” vindo e balançando as chaves. Quando passavam direto pela nossa cela era um alívio, mas quando colocavam a chave na nossa cela era uma loucura, a cabeça quase estourava, pois sabíamos que seríamos levados para a tortura. Isso acontecia em todas as noites. Ou passavam balançando as chaves para pegarem os companheiros de outra cela, ou batiam na nossa cela, era uma tortura ferrenha.

No PIC era ainda pior: o “cara” já saía da sala de tortura com as chaves. Ficávamos lendo, jogando dama, batendo papo, e quando o “cara” passava já ficávamos atentos e a tensão aumentava tremendamente. Quando passavam por nós ficávamos aliviados, mas quando vinham e colocavam a chave na fechadura na nossa cela, nossa moral ia a zero. O “cara” chamava pelo nome.

Não houve caso de voltar morto, mas voltávamos arrasados, pois havíamos sido torturados. Aquela noite estava perdida, pois geralmente já não dormíamos a noite. Presenciei isso tudo por quatro meses, do final de agosto até novembro, quando saí de lá. Era toda noite, era um clima tremendamente mortificante. Eram gritarias e pancadarias. No PIC não havia o mínimo contato de presos com soldados.

A orientação que recebi no 10ºBC, era que à medida que o “cara” chegasse na cela individual e batesse na porta era para irmos para o lugar mais distante, colocar as mãos na parede e abrir as pernas. Eles chegavam por trás, vestiam o capuz e nos levavam. Nós não víamos ninguém.

No PIC usavam mais ou menos os mesmos instrumentos: o cassetete, pancadaria e choques elétricos. Esse já era uma técnica antiga, colocavam uma cadeira de ferro, te sentavam e ligavam os fios.

Em 1964, o Ponto 4 era a área de atuação do 4º Exército Americano, no Canal do Panamá. Com o advento dessa ditadura americana aqui, o Ponto 4 começou a treinar as polícias civis e militares. Levavam para lá e depois de certo tempo com o acirramento da Guerra do Vietnã,

começaram a ensinar torturas. Foi onde houve um aprimoramento dos torturadores com determinados métodos e técnicas. Houve esse aprimoramento depois de 1968.

No PIC fiquei até novembro. Fui solto no final de novembro, deixaram que passassem as eleições. Nesse tempo ainda não tinham me aplicado a Lei de Segurança Nacional, estavam em fase de inquérito. Falaram que o que queriam era cassar meu mandato, mas que naquele momento não havia mais ninguém para ser cassado e que o presidente da República não cassaria somente a mim. Disseram ainda que me soltariam, mas que se eu tentasse reassumir meu mandato de vereador, me prenderiam imediatamente. Eu não tinha mesmo condições de reassumir; já haviam me substituído, mas eles faziam aquilo para atemorizar.

Fui solto no final de novembro de 1973, voltei para Goiânia e em 1974 veio à condenação. A Polícia Federal me prendeu novamente, fui para o CEPAIGO, ficando lá por dois meses. Cumpri a pena de seis meses e voltei a cuidar da vida como disse anteriormente.

Em meados 1975 a Polícia Federal me prendeu novamente, alegando que o promotor público militar havia pedido o aumento da pena para dois anos. Eu teria que cumprir pelo menos mais seis meses no CEPAIGO para que me liberassem para a condicional. Fui para o CEPAIGO, quando completaram os seis meses eu já havia requerido a liberdade condicional, mas existia uma briga entre os grupos da linha dura militar e aqueles que já aceitavam a abertura.

Os da linha dura tinham muita força e não aceitavam a liberação dos presos políticos. Fiquei preso por mais dois meses, além do tempo que eu poderia ter ficado em liberdade condicional, por força da briga entre os militares. O argumento deles é que éramos um perigo. Quanto mais presos tivessem na cadeia, mais o perigo era eminente; eles não iriam nos liberar. Fiquei preso por mais dois meses desnecessariamente.

Em termos de prisão, o CEPAIGO foi um dos mais angustiantes, pois existia aquela expectativa de sair hoje, amanhã ou depois. No CEPAIGO tivemos várias fases. No dia em que fomos presos nos colocaram em uma cela normal, mas eles tinham medo, pois os presos políticos tinham a fama de “fazerem a cabeça” dos outros presos. Ficamos apenas um dia na cela comum e como éramos muitos fomos levados para a enfermaria. Éramos mais de vinte pessoas, pois veio também o pessoal de Anápolis e vários companheiros antigos, velhinhos, foi um absurdo aquelas pessoas serem presas. Ocupamos o andar inteiro da enfermaria, e abriram outro compartimento ao lado para que se pudessem abrigar a todos.

Alguns trabalhavam na administração, eu trabalhava na assessoria jurídica. Aprendi tudo de Processo Penal, pegava um processo e o dissecava todo. Constatei que 80% dos processos eram falhos. Um dia falei para meu chefe Dr. José, que como todos aqueles processos tinham falhas, poderíamos esvaziar o CEPAIGO. Eram muitos processos passíveis de nulidade. Como eu havia estudado Direito tinha noção e havia estudado muito dentro da prisão. Ele me respondeu dizendo para que não mexesse e deixasse aquilo quieto.

Muitos e muitos presos estavam lá injustamente, ou os processos eram nulos e eles não se importavam com aquela situação. Mesmo entre companheiros, a maioria era amigos, mas a tensão era permanente. Nervosismo de um e de outro, pois os problemas afloravam. Era muito difícil o processo lá dentro, houve alguns desentendimentos entre o Vilmar e o Elias, já falecidos; eles se desentenderam seriamente na fila da alimentação, jogando a comida um no outro. O nervosismo imperava porque a prisão é um processo sério, é terrível, é uma pena dilacerante imposta ao ser humano.

Contarei um episódio da segunda vez que pensei que fosse morrer: Fazíamos reuniões em uma chácara no município de Hidrolândia e compareci umas três vezes. Duas vezes fui sendo levado. Evidentemente havia a recomendação de que fechássemos os olhos para não vermos para onde estávamos indo, mas na terceira vez fui com meu carro, uma Vemaguet, e fui levando alguns companheiros.

Nos interrogatórios eles me perguntaram sobre essas reuniões, onde eram e eu respondi dizendo que tinha ido de olhos fechados e que não sabia onde era. Perguntaram-me se eu realmente tinha ido de olhos fechados e respondi que sim. Eles disseram, então, que eu era capaz de fazer milagres, pois havia ido com meu próprio carro, dirigindo de olhos fechados. Percebi que alguém que tinha ido comigo já havia contado a eles desse episódio.

Disseram que eu teria que ir até lá com eles; disse que não sabia mais onde era. Dois agentes da Polícia me colocaram dentro do carro e fomos para Hidrolândia. A estrada para chegar à chácara era repleta de árvores nos dois lados. Como tinha ido apenas uma vez com os olhos abertos, eu realmente não sabia chegar lá.

Andamos para lá e para cá procurando, mas eu não identificava a entrada da chácara. Um dos “caras” me disse que eu estava dificultando, sonegando as informações, que dariam mais uma volta e se eu não mostrasse onde era a chácara iriam me soltar e “meter” tiros, iriam me matar. Fiquei em um dilema tremendo, fomos e voltamos e eu não encontrava a entrada da chácara. Em uma dessas voltas, eu conhecia o seu Arlindo, o dono da chácara, e ele vinha vindo em uma carroça pela estrada e justamente quase na entrada de sua chácara. Fiquei sem saber como reagir, pois poderia morrer. Como eles já sabiam das histórias, e as filhas do seu Arlindo também eram militantes do Partido, o jeito era dizer onde ficava a chácara, ou morreria por causa daquilo. Pedi que parassem e aponte para seu Arlindo dizendo que era ele o dono da chácara. A chácara era próxima à estrada, mas naquela emoção eu não tinha percebido.

Paramos, o cumprimentei e ele disse para que chegássemos ate um pouco mais a frente, uns 50 metros e chegávamos a casa dele. Os policiais foram na frente. As mulheres que estavam na chácara ficaram assustadas, mas já estavam sabendo que tínhamos caído todos. Os Policiais foram entrando com seu Arlindo. Uma mulher ficou para trás e fiz gestos para ela dizendo que eu estava preso, ela me confirmou que tinha entendido. Seu Arlindo não tinha militância, ele apenas sedia a chácara; suas filhas tinham pouca militância, tanto é que não foram presas, ficaram apenas no processo como militantes.

Levaram-nos no bananal, em uma casinha onde nos reuníamos; fotografaram o local, me fotografaram. Nesse dia novamente pensei que fosse morrer se não tivesse mostrado a localização da chácara. Seu Arlindo não teve problema nenhum, ficou como testemunha, mas depois ficou de fora.

Fizemos também uma reunião em uma chácara que eu tinha em Trindade, me ameaçaram de desapropriação, mas nada aconteceu.

Quando mataram o Ismael, Paulo de Jesus ligou para minha mãe dizendo a ela que fosse para o quartel naquele momento que iriam me matar, pois já tinham matado seu irmão Ismael. Minha família se apavorou, foi uma situação louca. Foram até o quartel, mas não os deixaram entrar, eles não tiveram acesso a mim.

Enquanto isso, sempre tive muitos livros e li muito. Eles levaram todos meus livros, não me devolveram, não fizeram a ocorrência da relação de livros requisitados. Era um arbítrio total.

ANISTIA

Fiquei preso de 1975 até fevereiro de 1976. Depois que saí não tinha muitas esperanças, mas havia um certo relaxamento. Tanto é que acho que cometi algumas loucuras. Assim que voltei, mesmo estando em liberdade condicional - todos os meses eu tinha que ir até a Polícia Federal assinar um termo de comparecimento - continuei a militar, organizar algumas coisas no Partido, ajudar os companheiros. Eu sabia que era um risco tremendo, mas não medíamos as consequências. A convicção que tínhamos era de lutar contra a ditadura e sabíamos que determinados riscos tínhamos que correr.

Passei a contribuir com isso, participava de reuniões, aconselhava, ajudava, mas o medo continuava latente, não podíamos confiar. Tanto é que até a pouco antes da anistia caçaram mandatos e prenderam algumas pessoas.

A ditadura aguentou o que foi possível, não cederam de bonzinhos. Eles tiveram que ceder porque houve um movimento nacional, houve o repúdio da população brasileira. Mesmo assim, setores reacionários faziam tudo para segurar. Cassavam mandatos e se pudessem prender, prendiam.

Haviam desmantelado o Partido Comunista, eles sabiam disso e sabiam também que não havia nem um indício de reorganização. Em Goiás havia se desmantelado tudo, tinham acabado com a guerrilha, então não se preocupavam mais com isso.

Tive alguma militância depois disso, mas após não teve mais condições. Na verdade sempre fui um militante, nunca deixei de ser.

Quando começaram a haver conversas sobre a questão da anistia, procurei o deputado João Divino e conversamos muito. Ele era extremamente correto, combativo e abraçou a ideia rapidamente. Colocou seu gabinete por conta disso; reunimos-nos, conversamos com as pessoas e começamos a organizar o Comitê pela a Anistia. João Divino ficou como presidente, e eu como vice. Eu era meio maluco, pois era ex-presidiário e entrei nessa luta, não queria nem saber. Como João Divino não podia ir todos os dias, pelas suas funções de deputado, na verdade era eu quem dirigia o Comitê pela Anistia no início. Tenho até fotografias.

Reuníamos-nos no Edifício Anhanguera, edifício do Cine Capri. Tentamos envolver o pessoal da Igreja Católica, o Pedro Wilson, e resolvemos nos reunir no SPAR (Secretariado da Pastoral Arquidiocesana). Na minha época de vereador fazia muita coisa no SPAR, próximo a Catedral. Começamos bem. Eram mais as pessoas do Partido e o pessoal da Igreja Católica. João Divino na presidência acabou se inviabilizando, pois não tinha tempo. Eu achava ruim dirigir o Comitê, por acreditar que poderia haver algum comprometimento, pois eu ainda era muito visado. Achamos por bem colocar Pedro Wilson como presidente, pois contemplava nosso projeto de envolvimento da Igreja Católica.

A Igreja Católica era sempre retraída e não abraçava tudo. Na verdade Pedro Wilson não foi um excelente presidente, era omissivo, mas pelo menos era o presidente, pois eu não podia ser. Começamos a nos organizar nacionalmente, o movimento pela anistia começou a crescer.

Depois organizamos o Partido Comunista com pessoas novas. Entraram Elias Rassi, Pedro Célio, muitas outras pessoas e foi muito bom. Não eram pessoas marcadas. Pedro Célio era um cidadão inteligentíssimo, muito ponderado e tinha uma grande militância na Faculdade.

Hoje acho que isso merece uma avaliação bastante ampla. Primeiramente, o ser humano sempre se movimentou por convicções, ideologias, correntes de pensamentos, formas de luta. Naquele tempo, junto com a questão democrática no Brasil, porque eu já tinha perfeita noção de democracia e ditadura, eu já tinha convicção democrática, mas tinha também a socialista. Naquele período o Socialismo era uma alternativa viável. O princípio socialista e a questão democrática vinha embasar a nossa luta. Isso nos levava e acreditávamos que o Socialismo seria a solução para os problemas do povo, como eu acho que o Capitalismo não era a solução. Era a solução para o problema da classe capitalista, como está acontecendo agora. Eles pensam em si próprios, no lucro.

Naquele tempo, tínhamos a nos embalar principalmente a questão democrática. Na verdade, quando entrei para o Partido Comunista entrei sem ser comunista. Já tinha lido materiais, mas ser comunista era ser militante, era a pessoa que militava em alguma organização. Você pode conhecer Marx e Lenin a fundo, mas se você não milita em uma organização você não é comunista. Você tem que ser militante para ser comunista. Quando entrei para o Partido, eu não era militante e não era comunista. Entrei para lutar contra a ditadura e para mim isso valia a pena sempre, a luta pela democracia. Essa era a minha convicção democrática.

Até hoje não gosto de muita coisa do PT por achar que não são democráticos, não são de esquerda, não são nada. Um grupo de sindicalistas que tomou conta do poder, que está fazendo as coisas, mas as questões básicas principais da sociedade brasileira estão sendo deixadas de lado. Fica um grupo de sindicalistas tomando conta do país e os banqueiros levando lucros extraordinários. Fazendo doações para os pobres, me parece que são 10.000.000 (dez milhões) em cestas básicas, e serão mais 5.000.000 (cinco milhões), amortecendo a luta e convicção desse pessoal.

Tem muita coisa que me faz ainda ser um militante da causa democrática. Não sou mais comunista, pois não estou mais no Partido Comunista, nem ele existe mais como era no meu tempo, mas tenho a convicção democrática de que muita coisa ainda deve ser feita pelo povo.

Acho que a luta valeu a pena. O sacrifício foi algo que tivemos que passar e tolerar, eu não esperava por isso. Nós no Partido e a sociedade brasileira tínhamos a noção de que o Exército Brasileiro era aquele que se recusou a mandar soldados atrás de escravos na época da escravidão. Isso permaneceu, a imagem de um Exército legalista e que não torturava. Esquecíamos que o Exército havia praticado barbaridades na Guerra de Canudos. Houve degolas, mataram trabalhadores e camponeses. Tínhamos essa convicção e isso acabou, pois acho que o Exército hoje é capaz de tudo, capaz de qualquer coisa, mas que felizmente está enquadrado dentro das normas democráticas.

Acredito que tenha valido a pena. Eu fui um dos que perdeu muito com isso do ponto de vista pessoal. Atrasou meu curso e sem dúvida desorganizou a minha formação universitária. Meu curso ficou seccionado. Fiz o curso até a metade, fiquei quatro anos fora, depois voltei para a universidade e me formei, mas isso sem dúvida me atrapalhou imensamente.

A tortura me deixou sequelas físicas e psicológicas. Por mais durão que eu tentasse ser, passei anos e anos atemorizado com barulhos de porta, de correntes. Acordava à noite sobressaltado; tinha medo, muitas vezes acordava sem saber onde eu estava.

Eu não ficava nem em boteco, não gostava de ficar com as costas viradas para fora, eu precisava ter o mínimo de controle sobre o ambiente. Fiquei inseguro durante anos.

Com a cabeça que eu tenho, ainda bem que sou ateu, senão seria ainda pior para mim.

Uma questão que quero ressaltar: O fato de ser presidente de uma entidade onde se congrega ex-presos políticos e ex-perseguidos demonstra que mesmo depois de 1964 nunca deixei de lutar. Participei de movimentos, depois participei ajudando a dirigir o movimento pela anistia.

A luta pelas Diretas: Uma das grandes glórias que tenho é de ter falado na Praça Cívica no palanque para milhares de pessoas; eu era vereador na época e pra mim foi algo extraordinário.

Depois entrei na luta pela reparação econômica. Sempre estive na luta, nunca deixei de lutar.

Acho deplorável que governos como o do Fernando Henrique, do Lula - do Itamar Franco nem tanto, porque naquele tempo a luta ainda não estava tão consagrada, mas principalmente agora - o Lula que é um anistiado, vindo da ditadura, permita que a Advocacia Geral da União faça um parecer onde se isenta os torturadores de punição.

O fato é que no mundo a luta é para que a tortura e o desaparecimento de presos políticos seja um crime imprescritível. Enquanto existir um só desaparecido, o crime não prescreve porque o objeto do crime ainda continua vigorando.

Sou plenamente favorável que se puna torturadores. Torturador não pode ser anistiado, porque o que eles cometeram não foi um crime político, nem conexo, foi um crime contra a humanidade, contra o ser humano. Sou favorável a que sejam punidos, e que esse Governo do Lula tenha mais coragem e esclareça isso porque enquanto tiver um desaparecido esse problema não deixará de ser levantado. Essa questão precisa ser resolvida para que seja esclarecido às famílias e à sociedade o que foi feito com seus entes queridos. Enquanto houver isso não deixaremos de lutar: Primeiro pela punição dos torturadores, e segundo pelo esclarecimento do desaparecimento e das mortes dos presos políticos.

Acho um absurdo o resquício de ditadura que ainda existe. No Brasil ainda existe muita coisa da ditadura. Várias leis da época. Existe a Lei de Imprensa da época da ditadura, existem Códigos Militares, todos da época da ditadura. É preciso se extirpar da sociedade brasileira e das estruturas políticas os resquícios de leis da ditadura, e esclarecer a situação dos desaparecidos porque, enquanto houver isso, esse problema não estará solucionado, continua sepultado.

Felizmente o Brasil está sendo pressionado pelo exterior, principalmente pela Espanha, e até pela Argentina e Uruguai, no sentido de esclarecer esse assunto. Na Espanha estão tentando punir os torturadores, os assassinos da época da ditadura do Franco, que foi em 1936. Então, porque no Brasil vamos deixar isso impune?

Infelizmente o Governo do presidente Lula está preocupado com outras coisas, e não acho que a Advocacia Geral da União – AGU faria um parecer daquele tipo se não houvesse acordo

com o presidente da República. Está havendo uma dissonância entre a Presidência da República, o Ministério da Justiça e a Secretária dos Direitos Humanos.

O Ministério da Justiça e a Secretária dos Direitos Humanos estão agindo corretamente, a Presidência da República é que está embaraçando. Lula está com receio de desenvolver qualquer ação que possa desagradar os militares. O que acontece é que o que vai ser condenado não é a instituição do Exército Brasileiro, quem serão condenados são os torturadores do Exército. Os atuais dirigentes do Exército teriam que se desvincular daquele passado se tivessem interesse em trazer a paz definitiva para a sociedade brasileira.